

Sumário

Prefácio □ José Paulo Netto	13
Introdução	19
Capítulo I □ A sociabilidade na órbita do capital: a invisibilidade do trabalho e radicalização da alienação	47
1. Trabalho e (re)produção das relações sociais na teoria de Marx	59
2. Desvendando o fetiche: a visibilidade do trabalho e os processos de alienação	71
2.1. A produtividade do capital: trabalho produtivo e improdutivo	72
2.2. A propriedade capitalista e a renda fundiária	89
2.3. O capital fetiche	93
3. Capital financeiro na expansão monopolista	100
Capítulo II □ Capital fetiche, <i>questão social</i> e Serviço Social	105
1. Mundialização da economia, capital financeiro e <i>questão social</i> .	108
2. <i>A questão social</i> no Brasil	128
2.1. Particularidades da formação histórica brasileira e <i>questão social</i>	128
2.2. <i>Questão social</i> no Brasil contemporâneo	142

3. Sociabilidade capitalista, <i>questão social</i> e Serviço Social	155
3.1. Preliminares	155
3.2. <i>Questão social</i> e Serviço Social	167
3.2.1. O debate francês sobre a <i>questão social</i>	172
3.2.2. O debate na literatura profissional brasileira recente	181
3.3. Serviço Social e as respostas político-institucionais à <i>questão social</i>	195
Capítulo III □ A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social	209
1. Rumos da análise	210
1.1. A condição de trabalhador assalariado	214
1.2. O projeto profissional	222
2. Conquistas e desafios da herança recente	234
3. O debate sobre as particularidades do trabalho do assistente social	245
3.1. Um balanço crítico de <i>Relações Sociais e Serviço Social no Brasil</i>	246
3.2. A tese do sincretismo e da prática indiferenciada	264
3.3. A tese da identidade alienada	283
3.4. A tese da correlação de forças	293
3.5. A tese da assistência social	301
3.6. A tese da proteção social	311
3.7. A tese da função pedagógica do assistente social	315
4. Fundamentos do Serviço Social: percurso de duas décadas	331
Capítulo IV □ O Serviço Social em tempo de capital fetiche	335
1. Trabalho e sociabilidade	339
1.1. O debate sobre o processo de trabalho: o sujeito em cena	339
1.2. Trabalho e indivíduo social	346

1.2.1. A forma histórica de individualidade social na sociedade burguesa	355
1.2.2. Processo capitalista de trabalho e indivíduo social	375
1.2.3. Classe e cultura	393
2. O trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche	414
2.1. O trabalho do assistente social	414
2.2. Ensino universitário e a formação acadêmico-profissional	432
2.3. A pós-graduação em Serviço Social e os rumos da pesquisa	452
Bibliografia	473

Prefácio

José Paulo Netto

Abrir, na condição de prefaciador, as páginas do livro de uma Amiga é sempre algo arriscado. A tensão é óbvia — de uma parte, o comprometimento do afeto: a cumplicidade e o companheirismo construídos ao longo de décadas é um convite ao elogio quase inevitável; de outra, a responsabilidade intelectual: a exigência da seriedade que impõe o rigor do juízo cuidadoso. Este risco, sabem-no todos que já o correram, às vezes convida à diplomática leniência que é tão comum entre os cordiais colegas da academia.

Não é a minha situação neste caso preciso. E por duas razões elementares. Em primeiro lugar, os vínculos medulares que nos ligam, a Marilda e a mim — vínculos que datam de quase trinta anos —, nunca inibiram ou travaram o claro aflorar das nossas divergências e discrepâncias teóricas e políticas. Estivemos (e estamos) do mesmo lado naquilo que é o principal: a trincheira socialista e proletária nas lutas de classes; e isto com o lastro de uma arraigada pretensão de prolongar a inspiração marxista. Esta sólida ancoragem nos permitiu enfrentar com lucidez (e delicadeza, quase sempre) as interpretações e avaliações distintas que fizemos (e fazemos) de referências teóricas, bem como de impedir que opções partidárias (quando existiram, e existiram por longo tempo!) e profissionais diferentes nos separassem. Numa palavra, nossa amizade e nossos laços afetivos nunca es-

camotearam os diversos caminhos que trilhamos na busca do que, ambos, estamos convencidos (observe-se que uso o verbo no presente) ser a superação possível, viável e necessária da ordem do capital, pondo fim à “pré-história da humanidade”, no rumo da sociedade que configure o ingresso na verdadeira “história humana”.

Mas é a segunda razão a mais decisiva: sinto-me, na condição de prefaciador deste livro, inteiramente confortável *porque ele é a mais densa e substantiva contribuição que, do ponto de vista marxista, procura iluminar o Serviço Social contemporâneo no Brasil*. Isto é: a avaliação que faço deste livro não deriva, nem muito menos é caudatária, das relações pessoais e intelectuais que tenho para com Marilda — antes, ela decorre da qualidade intrínseca da reflexão e da crítica exemplares plasmadas em *Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*.

Considero que, no campo específico do Serviço Social, Marilda elaborou uma *obra*, e não apenas publicou livros expressivos. Desde a parte sob sua responsabilidade no já clássico *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (lançado originalmente em 1982, em parceria com Raul de Carvalho), passando por *Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico* (1992) e *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (1998), Marilda ofereceu para a solução dos problemas teóricos e profissionais do Serviço Social a mais sistemática e coerente chave heurística. Dentre todos os intelectuais vinculados ao Serviço Social que vieram (e vêm) produzindo desde o último terço do século passado, Marilda se peculiariza por ter construído uma *interpretação histórico-crítica* da profissão que, pelo seu caráter inclusivo, supera amplamente quer as análises endogenistas, quer as explicações sociologistas do Serviço Social: sua abordagem macroscópica permite seja a compreensão da função sócio-ideológica da profissão, seja a apreensão das suas particularidades operativas. A fecundidade e o peso do contributo de Marilda podem ser facilmente aferidos, entre outros indícios, pelo fato de muitas das suas formulações terem passado a constituir parte não pequena daquilo que podemos chamar de *bom senso* na cultura profissional.

A trajetória intelectual de Marilda sofre uma clara inflexão, porém, no seu livro de 2001, *Trabalho e indivíduo social*. Neste texto fundamental, Marilda

deslocou-se do campo do Serviço Social e, de modo explícito, ingressou frontalmente no debate da teoria social: partindo do pretexto de uma pesquisa de campo que realizou nos anos oitenta, com vistas ao seu doutoramento, enfrentou diretamente a questão da sociabilidade fundada na atividade do trabalho. Para além de todas as outras considerações que este ensaio brilhante pode estimular, ele me parece importante por assinalar o trânsito que marca um giro no desenvolvimento da reflexão de Marilda: com este ensaio, ela se pôs abertamente no terreno da teoria social *stricto sensu*. É em *Trabalho e indivíduo social* que, a meu juízo, Marilda avança na sua intimidade com o legado marxiano, incorporando, ademais d'*O Capital*, as geniais determinações dos *Gründrisse*...

O livro que agora o leitor tem em mãos é um retorno ao Serviço Social. No entanto, Marilda não se restringe a desenvolver as idéias seminais que foram divulgadas pela primeira vez em *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, tal como o fizera nos livros de 1992 e 1998. O tratamento da profissão, no volume que ora se publica, é mais apurado e aprofundado, mais criativo e instigante. Penso que o salto qualitativo (porque é mesmo de salto qualitativo que se trata aqui) resulta muito mais que do amadurecimento de Marilda — que, eu diria, se encontra hoje em plena maturidade intelectual —; resulta, na minha avaliação, da incorporação que, nos últimos anos (e, por isto, o significado da inflexão registrada em *Trabalho e indivíduo social*), ela operou da marxiana crítica da economia política. O Marx com que Marilda trabalhou em 1982 era, fundamentalmente, o d'*O Capital* (especialmente do Livro 1); nos últimos anos, o conhecimento desta pedra angular amplia-se com o domínio *inteiro* d'*O capital* e também dos *Gründrisse* — e isto faz toda a diferença.

Trata-se de um retorno ao Serviço Social, evidenciado especialmente nos capítulos segundo e terceiro, marcante ainda no capítulo final, com claras preocupações de ordem institucional — mas me atrevo a interpretá-lo também como uma despedida. O temerário da interpretação (o tempo dirá se ando mal em termos de futurologia...) é óbvio, mas não me inibiu de formulá-la: cruzada pela autora a fronteira da preocupação teórico-profissional para o terreno da expressa teoria social, o Serviço Social será deslocado na prossecução das investigações de Marilda. Não é casual a própria

arquitetura formal desde livro: ele se abre com um debate sobre o movimento *contemporâneo* do capital e só depois faz o foco incidir sobre o Serviço Social. Porém, estou convencido de que a abertura do texto não atende à demanda de construir uma “moldura”, um “cenário”, para a análise subsequente do Serviço Social (seja em face de seu desenvolvimento teórico recente, seja em face das fontes a que este recorre, seja em face, ainda, dos desafios e das faticidades — mormente no âmbito da formação acadêmica — especificamente profissionais). Ao contrário: o movimento *contemporâneo* do capital, trazido à consciência teórica no primeiro capítulo, atravessa todas as páginas que se lhe seguem — da crítica às concepções acerca da “questão social”, da análise dos formuladores brasileiros, até o exame das condições da formação profissional em tempos de privatização alargada e de aviltamento da educação superior.

Que não haja dúvidas: o personagem principal deste livro é *o capital em seu movimento contemporâneo*. O Serviço Social é um ator coadjuvante — e, por favor, não entendam por isso que o Serviço Social é aqui secundário; muito ao contrário: desfruta de excepcional privilégio. Já referi acima, *en passant*, e cabe declará-lo alto e bom som: a análise de autores brasileiros, aqui realizada por Marilda (ademais do destaque que cabe à sua argumentação sobre o exercício profissional do assistente social), oferece o mais articulado sumário da produção brasileira e da funcionalidade sócio-ideológica dos anos posteriores à emergência do que um dia designei como “intenção de ruptura” com o conservadorismo.

O essencial deste livro, todavia, *transcende* largamente as fronteiras do Serviço Social: é uma ambiciosa tentativa de atualizar a crítica marxiana da economia política, com uma interpretação de Marx que assenta numa perspectiva ontológica da tradição teórica por ele iniciada. É neste sentido que, visualizando aqui o Serviço Social como coadjuvante, ousou vislumbrar que, a partir deste livro, Marilda — cuja produtividade intelectual com certeza prosseguirá intensamente nos próximos anos — avançará no enfrentamento da problemática da crítica da economia política. Para afirmá-lo em poucas linhas: a “despedida” significa que, tendo dito o essencial sobre o Serviço Social, Marilda vai daqui por diante confrontar-se com outros objetos. Verifica o leitor, pois, que julgo este livro a culminação do tra-

balho de Marilda no campo do Serviço Social e a promessa (já adiantada em *Trabalho e indivíduo social*) de elaborações profícuas no âmbito mais largo da teoria social.

Cumprе assinalar o caráter polêmico deste livro — e, também aqui, acrescento: trata-se do mais polêmico dos livros de Marilda. Este caráter é flagrante nas análises e apreciações que Marilda opera e enuncia sobre a produção desenvolvida no âmbito do Serviço Social; muitos dos seus juízos serão, certamente, objeto de discussão — na escala, porém, em que são cuidadosamente fundados, essa discussão, se conduzida para além de critérios paroquiais e provincianos (tão comuns entre nós), seguramente haverá de ser enriquecedora. Mas a polêmica maior, penso, deve incidir sobre o que chamei de “personagem principal”: a concepção que Marilda tem do movimento contemporâneo do capital — polêmica, é óbvio anotar, que ultrapassa de longe as problemáticas afetas ao Serviço Social (ainda que sobre elas se refrate fortemente).

De um lado, a *interpretação* da textualidade de Marx por Marilda — como, aliás, *toda* interpretação — pode se constituir em alvo de debate. Analistas qualificados poderão discrepar da leitura que ela realiza dos escritos marxianos e eu mesmo não subscrevo a totalidade das suas teses, conclusões e inferências. Mas todo leitor que percorrer estas páginas com seriedade haverá de creditar à autora os méritos de um extremo cuidado na argumentação, de uma notável honestidade intelectual, de um sólido esforço para realizar uma crítica imanente compatível com a grandeza das fontes. Por outro lado, conhecedores da tradição marxista poderão increpá-la pela marginalização de interlocutores que seguramente contribuiriam para aprofundar (e/ou problematizar) linhas de análise que ela explora para compreender o capitalismo contemporâneo — penso em textos emblemáticos do passado (Rosa Luxemburgo, H. Grossmann) ou em fontes menos remotas (por exemplo, a bibliografia anglo-americana pós-Dobb/Sweezy/Baran ou, para ficar no terreno que é o da minha preferência, a *Ontologia...* do último Lukács). Essa polêmica maior, porém, se se desenvolver, tão somente realçará a relevância deste livro: comprovará, mais uma vez, a gravitação que a obra de Marilda exerce, indo muito mais além das fronteiras do Serviço Social.

Suponho — como se diria nas fazendas de Minas Gerais, bem ao gosto e ao estilo pessoal de Marilda —, após estas mal traçadas linhas, que o leitor deste livro terá compreendido por que, prefaciando o livro da minha Amiga, não me vejo constrangido nem em posição de risco. Se a Amiga é ótima, o que não passa de assunto privado, o livro é excelente — e este, sim, é tema de interesse público. E não é todos os dias que temos em mãos um livro excelente.

Que ao leitor ele ofereça bom proveito.

Recreio dos Bandeirantes, RJ
setembro de 2007

Introdução*

No real da vida
as coisas acabam com menos formato,
nem acabam. Melhor assim.
Pelejar por exato dá erro contra a gente.
Não se queira. Viver é muito perigoso...
*Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas***

* As revisões do material pré-existente, a produção de textos e a preparação desta publicação foram realizadas como atividade principal do projeto de pesquisa: *Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil. 2003-2006* (Leitura crítica das concepções que fundamentam a política social), com aprovação e financiamento do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — e do Programa PROCENCIA da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Este projeto desdobra-se em outras iniciativas nesta universidade: o Programa de Estudos e Pesquisas: *Pensamento social e realidade brasileira na América Latina e o Centro de Estudos Octávio Ianni* (CEOI), sob a coordenação desta autora. O presente estudo é parte das atividades do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) entre o Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), aprovado e financiado pela CAPES — Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

** Rosa, G. *Grande sertão: veredas*. In: *João Guimarães Rosa. Ficção completa em dois volumes*, v. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 59.

É certo que me repito,
é certo que me refuto
e, que, decidido, hesito
no entra-e-sai de um minuto.

C. D. Andrade, Confissão*

O presente livro nasce sob o crivo da polêmica teórica e político-profissional sob vários aspectos: afirma a centralidade ao fetichismo que impregna radicalmente a sociabilidade capturada pelo capital e a inversão sujeito-objeto que o caracteriza — a humanidade a serviço de coisas sociais mercantis, ao invés destas estarem a serviço das necessidades sociais. Tem a ousadia de apresentar uma análise presidida pelo legado de uma teoria social de Marx no contrafluxo das tendências predominantes, que vigoram na academia. Assegura a pertinência dessa teoria para pensar os dilemas da sociedade aprisionada no circuito das finanças, e o Serviço Social em tempo de capital fetiche. E estabelece, ainda, um diálogo crítico com a literatura profissional recente brasileira elaborada sob inspiração daquela tradição intelectual, construído ao longo de anos no âmbito da pesquisa e da docência no País e no exterior.

Este livro propõe-se a uma análise do Serviço Social processo de (re)produção das relações sociais *no movimento global do capital*. Prioriza o redimensionamento do trabalho e da sociabilidade no tempo presente, presidiados pelos mistérios dos fetichismos, que o capital assume na sua forma mais mistificada: *o capital que rende juros*, cunhado por Marx de *capital fetiche*. Ele apresenta-se numa relação ensimesmada consigo mesmo, como fonte autocriadora de valor, obscurecendo as cicatrizes de sua origem, isto é, suas relações com a apropriação de trabalho excedente não pago — ou mais-valia — que alimenta a reprodução ampliada daquele capital. Consuma assim sua aparência, enquanto coisa: capital-dinheiro que produz capital-dinheiro acrescido, como se este aumento brotasse da mera propriedade, dissociando a forma jurídica do contrato do seu conteúdo, o qual impulsiona o seu crescimento dependente da produção e da apropriação da mais-valia social.

* Andrade, C. D. Confissão. In: *Carlos Drummond de Andrade. Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983, p. 441.

Nesse quadro, os dilemas do trabalho e da satisfação das necessidades sociais são obscurecidos, em favor das mercadorias e do dinheiro, enquanto produtos do capital. A hipótese analítica é que o resultado desse processo tem conduzido à banalização da vida humana, que se encontra na raiz da *questão social* na era das finanças, na qual o capital, em luta contra a sua crise, torna-se um “espectro de si mesmo”, como anota Finelli (2003), parafraseando Marx: oculta e dissimula na sua superfície aparente e sedutora o processo interior que o gera e reproduz.

A mundialização financeira, em suas refrações no País, impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espraia-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais. O resultado tem sido uma nítida regressão aos direitos sociais e políticas públicas correspondentes, atingindo as condições e relações sociais, que presidem a realização do trabalho profissional.

O capital expande sua face financeira integrando grupos industriais associados às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimento coletivo e fundos mútuos) que passam a comandar o conjunto da acumulação. Na busca incessante e ilimitada do aumento exponencial da riqueza quantitativa — o crescimento do valor pelo valor —, os investimentos financeiros tornam a relação social do capital com o trabalho aparentemente invisível. Intensifica-se a investida contra a organização coletiva de todos aqueles que, destituídos de propriedade, dependem de um lugar nesse mercado (cada dia mais restrito e seletivo) para produzir o equivalente de seus meios de vida. Crescem as desigualdades e o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais, potenciados pelas orientações (neo) liberais, que capturam os Estados nacionais, erigidas pelos poderes imperialistas como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai sobre as grandes maiorias.

O *propósito* que move essa análise é reunir subsídios para elucidar o significado da *questão social* em tempo de capital fetiche: particularidades que assume no Brasil contemporâneo, no lastro da formação histórica bra-

sileira, dilemas de sua qualificação teórica e seu debate no Serviço Social. Mas é também um de seus objetivos centrais *entender o exercício profissional como uma especialização do trabalho social na sociedade sob a égide do capital financeiro* com o intuito de decifrar impasses e dilemas que, nesses “tempos de aflição e não de aplausos” (nos termos do poeta Ledo Ivo) incidem no trabalho e na formação profissionais. Assim, no tocante à *profissão*, recorre-se a uma leitura crítica de parcela da produção teórica recente soldada pela teoria social crítica e áreas fronteiriças referente aos fundamentos do trabalho do assistente social, produzida no País nas décadas de 80, 90 e nos anos 2000. Procura-se atribuir visibilidade aos diferentes ângulos sob os quais os autores consideram a natureza da profissão e seu significado no processo de reprodução das relações sociais: teses sustentadas e fontes teóricas que orientam o percurso das elaborações. Nesse trajeto, realiza-se um intento de crítica teórica, de parca tradição nessa área acadêmica, permitindo identificar a riqueza teórica do conjunto da produção considerada, seus fios de complementaridade e dissonâncias e indicar sendas abertas à pesquisa no Serviço Social.

O intuito é identificar avanços acumulados e desafios da herança recente para a agenda da pesquisa direcionada ao *trabalho do assistente social*. Busca-se articular a profissão — e o respectivo projeto profissional do Serviço Social no País — ao seu processamento, no qual a condição assalariada salienta-se como um determinante essencial da profissionalização do assistente social na sociedade contemporânea (Iamamoto, in: Iamamoto e Carvalho, 1982; Netto, 1992).

Na órbita da *formação profissional* — e tendo por base as alterações incidentes na universidade brasileira, que imprimem uma lógica mercantil e empresarial a essa instituição consoante as recomendações dos organismos internacionais —, *pretende-se atribuir destaque ao quadro atual do ensino universitário na área de Serviço Social*, que condensa e atribui visibilidade àquelas reorientações. Salientam-se suas repercussões na qualidade da formação acadêmica e no redimensionamento do mercado de trabalho para o assistente social. Complementando esse quadro, é apresentado o terreno da pós-graduação e da pesquisa na área de Serviço Social, com base em dados oficiais recentes, problematizando a agenda temática da pesquisa em vigor.

Preliminarmente, cabe registrar que este livro é uma *versão revista e ampliada* da tese do mesmo título apresentada, em 2005, para fins de inscrição em concurso público para preenchimento de vaga de Professor Titular do Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).¹ Esse esclarecimento se faz necessário porque os requisitos estabelecidos para a tese condicionam as características assumidas pela presente publicação. Ela dispõe de um *caráter inédito*, mas é também um trabalho de *síntese da produção anteriormente acumulada*. Incorpora elementos de textos publicados em veículos de menor circulação, redimensionados no corpo desta obra,² assim como extratos de capítulos de livros anteriormente difundidos, estes últimos identificados ao longo da exposição.

Entretanto, o texto que ora submeto à apreciação pública, *não é um texto de ocasião*, mera formalidade para atender às exigências acadêmicas para ingresso em um concurso público universitário. Ele forma parte e é expressão de um *projeto intelectual em construção*, cujo marco inicial é o livro em co-autoria com Raul de Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, editado, pela primeira vez, em 1982, hoje em sua 21ª edição. Aquela pesquisa teve por objeto o Serviço Social, enquanto profissão no contexto de expansão do capitalismo, na sociedade brasileira, no período de 1930 a 1960, o que impõe a atualização histórica da análise. Volta-se agora ao *processamento da ação profissional*; adequando-o ao novo cenário sob a hegemonia das finanças e seu fetiche. O tema da reprodução das relações sociais é retomado como um problema a ser elucidado, tratado no movimento do capital no seu conjunto, privilegiando suas refrações na análise da *questão*

1. Após aposentadoria, como Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em dezembro de 1997, no governo Cardoso — em razão de perda permanente de direitos adquiridos a que vem sendo submetido o funcionalismo público, em decorrência da chamada “reforma do Estado” sob orientação neoliberal — atuei, na qualidade de professora visitante, em universidades do Brasil e da Argentina. Nesse lapso de tempo, o maior período foi dedicado à UERJ, onde, durante quatro anos, participei ativamente da consolidação do mestrado em Serviço Social em suas atividades de ensino, pesquisa e intercâmbios; na revisão do Programa de Pós-Graduação, com a construção da proposta do curso de doutorado; e na reestruturação do projeto pedagógico do curso de graduação de Serviço Social dessa Faculdade.

2. Considerando que os extratos originam-se de publicações de minha própria autoria e estando esses elementos diluídos ao longo da análise neste livro, aquelas publicações não foram objetos de referência especial.

social, do exercício profissional e da formação universitária. Assim, o *Serviço Social em tempo de capital fetiche* representa um momento de aprofundamento, atualização e desdobramento daquela proposta analítica sobre a profissão no tempo presente.

No estudo anterior, a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, nos marcos da teoria social crítica, é entendida como reprodução *da totalidade concreta desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições*. É reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social: um modo de viver e de trabalhar socialmente determinado. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele se refere à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Aquele processo inclui a reprodução da vida material e espiritual, ou seja, das formas de consciência social — jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas — através das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção, pensam e se posicionam perante a vida em sociedade.

Esse modo de vida implica contradições básicas: por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica, derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio. Por outro lado, ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador. Essa é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da *questão social* nessa sociedade, que se expressa sob inéditas condições no atual contexto histórico.

Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído; *é também criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho, que aprofundam desigualdades e criam novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder político e pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade. Trata-se, pois, de uma noção aberta ao vir a ser histórico, à criação do novo*. Ela captura o movimento e a tensão das relações sociais entre as classes que as constituem, as formas mistificadas que as revestem, assim como as possibilidades de ruptura com a alie-

nação pela ação criadora dos homens na construção da história. Esse rumo da análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista. A preocupação é afirmar a óptica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social e procurar identificar como o Serviço Social participa no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Assim, pensar o Serviço Social na reprodução das relações sociais significa afirmar que ele participa de um mesmo movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos — projeto de classes para a sociedade — cria o terreno sócio-histórico para a construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. Tem-se, portanto, a presença de forças sociais e políticas reais — não mera ilusão — que permitem à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. Sendo a profissão atravessada por relações de poder, dispõe de um caráter essencialmente político, o que não decorre apenas das intenções pessoais do assistente social, mas dos condicionantes histórico-sociais dos contextos em que se insere e atua.

Aquele estudo partia do suposto que a compreensão das determinações históricas das condições e relações sociais, que tornam o Serviço Social possível e necessário na sociedade capitalista, poderia iluminar o significado social desse tipo de especialização de trabalho coletivo, para além da aparência em que se apresenta em seu próprio discurso; e elucidar sua necessidade social e contribuição ao processo contraditório de reprodução da sociedade. A construção da análise foi presidida por uma preocupação metodológica central, aqui reafirmada: desvendar por que, na sociedade do capital, as relações sociais entre pessoas, enquanto portadoras de interesses de classes, aparecem como relações entre coisas. Os sujeitos desse processo são submersos para transparecer, na superfície da sociedade, as mercadorias que possuem e por meio das quais se relacionam. O propósito era elucidar a articulação das relações sociais e as formas sociais por meio das quais necessariamente se expressam e, simultaneamente, encobrem o seu conteúdo mais substancial. Essa proposta se repõe no presente livro ao

defrontar-se com um contexto social e profissional distinto e requer atualização no campo dos fundamentos do Serviço Social.

A compreensão acerca dos *fundamentos do Serviço Social* parte do pressuposto de que a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados e construídos ao longo de seu desenvolvimento. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão. Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social; o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político — das relações entre as classes e destas com o Estado —, assim como o envolvimento no debate teórico e cultural de seu tempo. Portanto, situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão, que tende a erigir o discurso dos profissionais como achados conclusivos da pesquisa. Esses, ao contrário, são materiais a serem submetidos ao crivo da crítica teórico-metodológica, redimensionando o seu significado no jogo das forças sociais.

Essa concepção é inspirada em uma tradição cultural que, ao privilegiar a história, reconhece não serem as categorias teóricas, com as quais se procede a análise, fruto de uma formulação autônoma e aleatória do processo de pensar. Ao contrário, as categorias teóricas são entendidas como expressões, na esfera da razão, *de modos de ser, determinações da existência*, dadas na realidade efetiva. (Marx, 1974a: 27). Estabelece-se, pois, como quesito fundamental a indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social), em que o método — não se reduzindo a pautas de procedimentos para o conhecer e/ou o agir — expressa-se na lógica que organiza o processo mesmo do conhecimento. Requer que os fenômenos e processos sociais sejam re-traduzidos na esfera do pensamento, que procura aprendê-los nas suas múltiplas relações e determinações, isto é, em seu processo de constituição e de transformação, pleno de contradições e mediações (em sua totalidade).³

3. Sobre a categoria da totalidade, ver: Marx (1974a, 1977c); Lukács (1974); Coutinho (1994).

Desvendar a profissão é, também, elucidar a *herança cultural* a partir da qual se constrói a explicação sobre o seu fazer, expressa no discurso profissional. O Serviço Social não surge como parte da divisão do trabalho entre as ciências, ainda que produza investigações que adensam o acervo das ciências sociais e humanas, hoje inscrito no circuito oficial das ciências sociais aplicadas. O Serviço Social afirma-se como uma profissão, que vem respaldando seu exercício, sistematizações, saberes e a produção científica acumulada por seus pesquisadores no acervo intelectual e cultural herdado fundamentalmente do pensamento social na modernidade,⁴ sofrendo, hoje, os influxos da *crítica pós-moderna*.

Essa concepção sobre os fundamentos do trabalho do assistente social é radicalmente histórica e aberta a um vivo acompanhamento crítico do universo cultural e político contemporâneo. Ela impulsiona uma formação culta e universalista, capaz de propiciar uma leitura do exercício profissional que apreenda suas características nas múltiplas determinações e relações em que se constitui; e voltada para sedimentar uma teleologia historicamente fundada e calcada em valores e princípios éticos⁵ que norteiam a formação de competências e habilidades necessárias à sua operacionalização.

A leitura do trabalho do assistente social no âmbito das relações sociais capitalistas supera os influxos liberais, que, ainda hoje, grassam as análises sobre a chamada “prática profissional” como prática do indivíduo isolado, desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade. Nessas, os processos históricos são reduzidos a um contexto distinto da prática profissional, que a condiciona “externa-

4. Em seus primórdios, o Serviço Social estabeleceu uma interlocução privilegiada com o pensamento social católico e com o pensamento conservador europeu, tendo se secularizado em estreita aproximação com as concepções estrutural-funcionalistas difundidas nas Ciências Sociais e Humanas norte-americanas, além da incorporação de rudimentos da Psicanálise. A aproximação teórica da profissão ao universo diferenciado da tradição marxista ocorre tardiamente, a partir de meados dos anos 60, na América Latina, no bojo do conhecido “movimento de reconceitualização do Serviço Social”. Instaura-se, a partir de então, uma tendência ao *debate plural* no campo da idéias no meio acadêmico do Serviço Social. Assim sendo, é impossível decifrar a profissão independente do diálogo crítico com o acervo intelectual, que vem alimentando, historicamente, a cultura profissional, estabelecendo distintos parâmetros de qualificação da profissão e de sua função na sociedade.

5. Cf. CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. In: CRESS — 7ª Região. *Assistente Social: ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: Lidador, maio 2000.

mente". A prática é tida como uma relação singular entre o assistente social e o usuário de seus serviços — o "cliente" —, com frágil conhecimento das expressões da *questão social* e das políticas sociais correspondentes. Essa visão a-histórica tende a subestimar o rigor teórico-metodológico na análise da sociedade e da profissão, — desqualificado como "teoricismo" — em favor das versões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional, enraizadas em um positivismo camuflado sob um discurso progressista de esquerda. Nessa perspectiva, reivindica-se que a formação universitária privilegie a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades — centrando-se no *como fazer* — a partir da justificativa de que o Serviço Social é uma "profissão voltada à intervenção no social". Este caminho está fadado a criar um profissional que, aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. O assistente social fruto dessa formação corre o perigo de ser reduzido a um mero "técnico", delegando aos outros — cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas etc. — a tarefa de pensar a sociedade. O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de uma frágil identidade com a profissão.

Assim, a condução do trabalho profissional tende a oscilar entre o *voluntarismo messiânico*, que superestima os propósitos do sujeito individual e as possibilidades transformadoras da profissão, como se a determinação da vida social fosse um produto da consciência; e o *fatalismo*, fruto de uma naturalização da ordem do capital dotada de um caráter perene, resultando numa visão perversa da profissão, que a ela deve se adequar.

Na década de 80, sob o impulso das lutas políticas na defesa da democracia e dos direitos sociais, afirma-se a maioria acadêmica dos assistentes sociais impulsionada pela pós-graduação, pelo crescimento do mercado editorial e por uma fértil produção acadêmica que ultrapassa os muros profissionais, permitindo uma interlocução teórica, no mesmo patamar, com áreas conexas de maior tradição na pesquisa social.

A preocupação aqui expressa com o Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais desdobra-se, atualmente, na busca de apreender o processo de realização desse trabalho especializado — ou seja, o trabalho vivo — como atividade do sujeito, no âmbito da organização social e técnica do trabalho nas condições e relações sociais conforma-

das pela mundialização financeira. O fio que conduz a presente análise é o *trabalho*, em suas indissociáveis dimensões de trabalho útil e trabalho abstrato, permitindo articular e ampliar um conjunto de determinações e mediações que foram alvo da literatura brasileira recente voltada à fundamentação do Serviço Social.

O diálogo crítico no campo dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos necessários ao Serviço Social, transversal a esta obra, é expressão da *autonomia intelectual* que se requer de um pesquisador em sua maturidade acadêmica e profissional. Extrapolando uma síntese da produção acumulada, realiza-se uma *interlocução intelectual e política* com o conhecimento coletivamente construído e historicamente determinado. Cabe ao intelectual *fazer perguntas, romper as barreiras das especialidades* e assumir o *desafio de construir a crítica teórica* que alimenta o avanço da produção científica. Ela impõe um trabalho rigoroso: apropriar-se, com fidelidade, das propostas dos interlocutores e da lógica que preside suas elaborações; identificar os interesses sociais que elas veiculam, a relação que essa produção estabelece com o pensamento social de sua época, identificando as condições sócio-históricas que impõem limites e possibilidades da atividade científica. Esse foi o esforço efetuado.

A motivação que funda a presente análise parte da hipótese de que a concepção de profissão na divisão social e técnica do trabalho, apresentada pela autora, em 1982, tornou-se de domínio público, mas não os seus fundamentos. Entretanto eles indicam um percurso teórico-metodológico capaz de elucidar o significado social do exercício profissional do assistente social na divisão social e técnica do trabalho coletivo: como ele participa do processo de produção e reprodução das relações sociais. Daí a necessidade de retomá-los, incorporando e ampliando a abordagem anterior, tendo em vista recolher elementos que permitam atualizar e fundamentar a *leitura do trabalho do assistente social como uma especialização do trabalho coletivo na sociedade presente*.

Em relação à análise de minha autoria, contida na primeira parte do livro *Relações Sociais e Serviço Social*, existe um elo de *continuidade e de superação*. A *continuidade* está na busca de atribuir visibilidade à *alienação*, indissociável do capital como relação social reificada, reposta do pensamento fetichista que transforma as relações sociais, baseadas nos elemen-

tos materiais da riqueza em atributos de coisas sociais (mercadorias) e converte a própria relação social em coisa, expressa no equivalente geral, o dinheiro. Ou seja, na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção, mais as relações sociais se alienam dos próprios homens, confrontando-se como potências externas que os dominam. Essa inversão sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão da histórica da auto-alienação humana. Resulta na progressiva *reificação* das categorias econômicas, cujas origens encontram-se na economia mercantil.

A *superação* consiste em efetuar a leitura da reprodução das relações sociais *no processo global do capital social total*, em que cada capital constitui fração autonomizada do capital social na sua totalidade. Assim, a reprodução envolve o processo imediato de produção e a fase de circulação, seu ciclo periódico que constitui a *rotação do capital*, em que se produz e reproduz as correspondentes relações de produção e de distribuição. O processo de produção no seu fluxo permanente de renovação é também o seu processo de reprodução: desenvolve as forças produtivas sociais do trabalho e o capital frente ao trabalhador como riqueza alheia que o domina e é por ele produzido e reproduzido de forma ampliada. No mesmo movimento desenvolve sua pobreza, subordinação subjetiva e inconformismo. Cresce o proletariado laborioso, ao mesmo tempo em que são criadas as condições materiais de uma vida social conformada de maneira nova.

Este livro, em seu capítulo de abertura, *A sociabilidade na órbita do capital: a invisibilidade do trabalho e radicalização da alienação*, trata de um tema determinante e de maior abstração: o caráter da sociabilidade sob a órbita do capital, no domínio de sua face financeira e seus fetichismos — “essa religião da vida diária” —, que radicaliza antagonismos, desigualdades e lutas sociais condensados na *questão social*. A reprodução das relações sociais é tratada no seu vir a ser, como totalidade histórica não acabada, resgatando o movimento global do capital, seu ciclo ininterrupto de produção, distribuição, troca e consumo. Essa ampliação da abrangência da análise, antes centrada privilegiadamente na esfera da produção, permite apreender os fetiches presentes na totalidade das formas de produção e de distribuição da mais-valia social: lucro comercial e industrial, o juro e a renda da terra, partes do mesmo trabalho social materializado produzido pelo trabalhador coletivo.

O valor produzido anualmente divide-se em capital e rendas (renda do solo, lucro e salário), o que supõe o capital como relação social. Atribui-se especial relevo à mistificação do processo social de produção tal como se consoma na forma irracional e alienada das fontes de rendimento: “capital-juro”, “terra-renda” e “trabalho-salário”, apresentadas independentes entre si, desvinculando as relações de produção das de distribuição, e obscurecendo o fato dessas fontes de rendimento serem partes do trabalho social materializado.

O texto indaga sobre as abordagens correntes sobre *trabalho e reprodução das relações sociais, tomadas como um dado* e não como um *problema a ser elucidado* — o que se encontra na base de muitos dos dilemas da análise do trabalho do assistente social. Verifica a freqüente redução do trabalho na sociedade burguesa a *trabalho concreto* — ao seu processo técnico-material — esvaziado de sua dimensão de trabalho abstrato, marca do caráter social do trabalho nessa sociedade; a reiterada *segmentação entre produção* — reduzida ao trabalho fabril nos moldes clássicos — e a *reprodução*, restrita a um de seus elementos, a reprodução da força de trabalho; o *trabalho restrito ao trabalho material*, como transformação imediata da natureza, segmentada da forma assumida pelas relações sociais que lhe dão vida, resvalando nas armadilhas da reificação: a materialização das relações sociais e a personificação das coisas.

Esses descaminhos incidem na arena profissional. Sobressai, aí, a tendência majoritária de tratar as particularidades da profissão e do trabalho concreto do assistente social na divisão social e técnica do trabalho social — necessária às diferenciações entre as profissões — elidindo, entretanto, suas implicações no circuito da produção e distribuição do valor e/ou da mais-valia, como se a “forma-valor fosse um mero cerimonial” na sociedade presente.

Para a elucidação desses dilemas realiza-se um resgate da teoria do valor trabalho na obra de Marx. Seu ponto de partida é o trabalho — e não o valor — e a estrutura da sociedade mercantil, *onde o caráter social do trabalho só pode expressar-se no valor mercantil*. O trabalho que *cria valor* é uma forma histórica específica de trabalho: o *trabalho concreto*, que produz valores de uso e satisfazem necessidades sociais “do estômago ou da fantasia” (Marx, 1985b, t. I, v. I). Abstraídas as particularidades dos trabalhos úteis,

resta a objetividade das mercadorias enquanto valores na medida em que são expressão da mesma unidade social: trabalho humano em geral ou trabalho abstrato socialmente igual — e não fisiologicamente igual — em que cada hora de trabalho corresponde a igual parcela do trabalho total da sociedade. Na sociedade mercantil, o trabalho concreto de produtores privados, de qualidade determinada, só se mostra igual ao trabalho dos demais, quando igualado por meio da troca dos produtos. *O trabalho abstrato supõe a igualação social de diferentes tipos de trabalho, que se realiza na forma específica de igualação dos produtos do trabalho na troca.* Nela, ao mesmo tempo em que se confirma o caráter útil do trabalho corporificado nos produtos — que devem ter um valor de uso para outros —, realiza-se a equivalência de valores contidos nos produtos do trabalho, atestando o seu caráter de trabalho social. Ela supõe abstrair as formas úteis assumidas pelo trabalho concreto, útil, contido nas mercadorias, permitindo que o trabalho aí presente surja como gelatina de trabalho humano indistinto, parte alíquota do trabalho social médio: trabalho humano abstrato.

Assim, o trabalho como fenômeno social, medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, só pode *expressar-se* por meio da *forma do valor ou valor de troca*. Só no processo de troca o trabalho privado se confirma como trabalho social — *mostra o seu caráter geral* — o que supõe um equivalente geral, o dinheiro, que permita trocar trabalho privado por outro trabalho privado. Em outros termos, na sociedade mercantil o trabalho privado só se mostra social por meio do valor de troca que o revela como trabalho abstrato, parte de uma mesma massa social de trabalho homogêneo. Exatamente por isto, o valor de troca não é mero acessório na leitura de qualquer tipo de especialização do trabalho, não sendo suficiente pensar o trabalho do assistente social como mero trabalho concreto, na qualidade que o diferencia de outros tipos de trabalho.

No intuito de desvendar os *fetiches* presentes no processo de produção e reprodução do capital como relação social é considerada: a) a *“produtividade do capital”*, ou *como, e por meio de que, o trabalho se manifesta como trabalho produtivo e improdutivo frente ao capital*, recorrendo-se para tanto ao conjunto dos extratos da obra de Marx sobre o tema; b) a *propriedade fundiária e renda fundiária*; c) o ápice da *fetichização presente no “capital-dinheiro” que rende juros* — o *“capital fetiche”*, nos termos de Marx. Ela representa a

mera propriedade do dinheiro como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro à margem do processo de produção, obscurecendo seu caráter antagônico frente ao trabalho.

O debate sobre *trabalho produtivo e improdutivo* — um dos mais controversos da leitura de Marx — é enfrentado mediante uma leitura do tema no conjunto da obra do autor. Esse debate também objetiva acumular elementos para uma leitura do significado social do trabalho do assistente social nas particulares relações sociais em que se inscreve — no Estado, nas empresas capitalistas, nas instituições filantrópicas, nas Organizações Não-Governamentais e em organizações dos trabalhadores —, suas implicações enquanto trabalho produtivo ou improdutivo.

A produtividade do capital, expressão da força produtiva do *trabalho e das condições de seu desenvolvimento* aparece socialmente ao reverso: como obra do capital contra o trabalho, como poder do trabalho materializado sobre o trabalho vivo. Indaga-se: como e por meio de que o trabalho manifesta-se como produtivo para o capital? Trata-se do trabalho produtivo de mais-valia. Considerando o caráter cooperativo do trabalho, a noção de trabalho produtivo *amplia-se*, pois para trabalhar produtivamente exige ser membro de um trabalhador coletivo, executando uma de suas funções. Mas a noção *se retrai* porquanto a produção capitalista não é só produção de mercadorias, mas de mais-valia. Ora, só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capital, que serve à autovalorização do capital no processo real de produção, o que não envolve qualquer relação entre atividade e efeito útil, porque é um atributo que não diz respeito ao caráter concreto do trabalho. Trabalho produtivo é o que se troca por dinheiro enquanto capital, ou o que se troca diretamente pela parte variável do capital (investida em salários), que não só a repõe, mas cria um valor novo, produz uma mais-valia para o capitalista (produtividade relativa e não absoluta: não só reproduz o valor do capital adiantado na compra da força de trabalho). Trabalho improdutivo é o que é trocado por renda: salário ou lucro (incluindo juro, renda fundiária e lucro comercial). Os custos de circulação — tempo de compra e venda — representando a transferência de propriedade são necessários à realização do valor. Mas o trabalho afeto aos custos de circulação não cria mais-valia, embora o assalariado produza tanto trabalho necessário, por meio do qual lhe é transferido parte do produto

social sob a forma de salário, quanto trabalho excedente, pois parte de seu tempo de trabalho é apropriada gratuita pelo capital comercial em sua função de realização do valor. A lei geral é a de que os custos de circulação — que só se originam de uma *transformação formal da mercadoria* — não agregam valor ao capital. Não se incluem aí os custos de conservação da mercadoria — formação de estoques e transporte —, em que o caráter produtivo do trabalho é apenas “ocultado” pela forma de circulação.

O texto referencia o debate de Marx com Adam Smith sobre o tema, visto que muitas interpretações difundidas como de Marx se referem, de fato, a Smith. Existem duas posições contrapostas presentes na concepção de Adam Smith: a) trabalho produtivo é o que produz capital, na linha tratada por Marx; b) é o trabalho que se *realiza em mercadoria*, em objeto duradouro, e *apenas repõe o valor consumido*, um ponto de vista muito mais elementar do que aquele que produz capital. Aí Smith lê a *produção capitalista com mera produção de mercadoria*, destituindo a particularidade do capital como relação social e *privilegia a diferença material entre mercadoria e serviços*, confundindo forma social com forma material. Como alerta Marx, quando se fala em mercadoria fala-se de uma existência figurada, puramente social que nada tem a ver com sua realidade corpórea. A mercadoria é representada por determinada quantidade de trabalho social — expresso no dinheiro —, sendo possível que o trabalho concreto não deixe nela qualquer marca, como no caso dos produtos agrícolas.

Outro destaque importante no capítulo de abertura refere-se à leitura de Marx sobre o *capital que rende juros*: o capital dinheiro aparece na superfície numa relação consigo mesmo, como fonte independente de valor, pois o juro aparece como brotando da mera *propriedade* do capital, separada de sua função econômica, quando se completa a figura fetichista do capital. Sendo o juro parte da mais-valia, a mera divisão desta em lucro e juro não pode alterar sua natureza, sua origem e suas condições de existência, como alerta o autor. A forma de *empréstimo* é peculiar à circulação do capital como mercadoria: a diferença específica do capital portador de juro. O empréstimo é uma transação jurídica em que a propriedade do capital não é cedida, pois não há compra e venda. Há apenas uma *cessão provisória* do capital, para posterior reembolso do capital valorizado: seu valor acrescido de mais-valia sob a forma de juro, mantendo o capital a relação original com seu

proprietário. O juro representa a possibilidade de o proprietário do capital monetário apropriar-se de parte do lucro médio, alienando temporariamente o valor de uso de seu capital dinheiro: seu poder de funcionar como capital e produzir mais-valia.

Marx anota que, ainda que a taxa de juros seja determinada pela taxa geral de lucro e suas flutuações, com o desenvolvimento do sistema de crédito, a taxa de juros torna-se independente da taxa de lucro. O crédito passa a ser condição do fluxo ininterrupto da produção, da redução do tempo de circulação, da ampliação da capacidade de consumo além de mediar o nivelamento da taxa de lucro. Ao manter separados os atos de compra e venda, o crédito estimula a *especulação sem limites*. Os papéis de crédito são especulativos porque apostam na receita esperada calculada por antecipação; estabelecem uma relação com o trabalho alheio existente e futuro, como é o caso das ações. O *negócio bancário* é analisado por Marx como o que concentra grandes massas de capital monetário e unifica os mutuários: fundos de reserva dos produtores e comerciantes, rendimentos a serem consumidos, poupança em dinheiro inativo de todas as classes, que juntos tornam-se poder monetário.

Também o tema da *dívida pública* é objeto de consideração em *O Capital*, de Marx: o credor de títulos de dívida contra o Estado tem direitos sobre as receitas anuais do Estado, produto dos impostos, que aparecem como juro para o credor. Apesar de a dívida pública aparecer no mercado como mercadoria e meio de acumulação de capital, o que se tem é *o capital ilusório ou fictício*. A soma emprestada ao Estado já foi despendida — embora não como capital — e, quando os títulos da dívida pública tornam-se invendáveis, desaparece a aparência de capital. Aí toda a conexão com o processo real de produção perde seu último vestígio. Outro contra-senso é o que parece ocorrer hoje nos fundos de pensão: a poupança de salário — trabalho necessário — passa a atuar na formação de capital fictício, como capitalização.

No crédito, o capital, ao colocar-se diferente dos capitais individuais, o caráter social da produção encontra sua mais clara expressão. O crédito suprime obstáculos à valorização e, ao mesmo tempo, eleva-os à sua forma mais geral, ao criar ciclos de superprodução e subprodução que se encontram nas raízes das crises do capital. Ele eleva a ordem capitalista a sua

forma suprema, aproximando-a de sua dissolução para decepção dos “ilusionistas da circulação”.

A teoria de Marx é antecipatória de muitos dos desdobramentos históricos da ordem capitalista que, dispondo de componentes inéditos, preserva-se e complexifica sua natureza determinante.

Extrapolando essa leitura clássica sobre o capital portador de juro, no intuito de ir lançando luzes para pensar o presente, procede-se à caracterização do capital financeiro na expansão monopolista, fruto da fusão entre o capital industrial e bancário, segundo a teoria do imperialismo, de Lênin (1976).

O segundo capítulo, *Capital fetiche, questão social e Serviço Social*, traz um esforço inédito de articular *questão social e capital financeiro* nos marcos da transnacionalização do capital. Orienta-se pela *hipótese* de que na raiz do perfil atual assumido pela *questão social* no Brasil encontram-se as políticas de favorecimento das instituições dos mercados financeiros e das empresas multinacionais como forças que capturam o Estado, as empresas de menor porte e o conjunto das classes sociais, que passam a assumir os ônus das ditas “exigências dos mercados”. Ainda que o fetichismo das finanças as apresente como potências autônomas frente à sociedade, elas só são operantes se existe produção de riqueza, que passa a contar com o apoio do Estado, como esteio do capital privado, que tem a função de administração das crises com políticas anticíclicas.

Para dar sustentação a essa diretriz analítica, faz-se uma incursão no debate sobre a mundialização financeira, um modo de estruturação da economia mundial, que se torna espaço do capital. Ao mesmo tempo em que ela impulsiona a tendência à *homogeneização* — dos circuitos do capital, dos modos de dominação ideológica e dos objetos de consumo — apóia-se na completa heterogeneidade e desigualdade das economias nacionais. Acelera o desenvolvimento desigual, aos saltos, entre empresas ramos de produção da indústria, entre nações, e, no seu interior a transferência de riqueza entre classes e categorias sociais, que se encontra na base do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial da flexibilidade das relações de trabalho e do desmonte dos sistemas de proteção social. A desregulamentação iniciada na esfera financeira invade o mercado de trabalho e todo o tecido social na contratendência

do desenvolvimento lento e da superprodução endêmica em uma onda longa com tonalidade recessiva, nos termos de Mandel (1985). Essa análise recorre ainda às contribuições de Chesnais (1996; 1998; 2001) e Husson (1999), dentre outros.

Nesse novo contexto, os bancos perdem o monopólio da criação de crédito para os *grandes fundos de investimentos* (seguros de vida, fundos de previdência privada por capitalização, fundos mútuos de investimento, administradores de carteiras e títulos). Alia-se o *crescimento da dívida pública*, ampliando o capital fictício, com juros exorbitantes perante o produto interno bruto dos países. O capital financeiro avança sobre o fundo público e os investimentos especulativos no mercado acionário das empresas apostam na extração da mais-valia presente e futura dos trabalhadores para alimentar a lucratividade das empresas segundo padrões internacionais. Sobressaem, nesta direção, as políticas de gestão, o enxugamento de mão-de-obra, a intensificação do trabalho e o aumento da jornada; os estímulos à competição entre trabalhadores, dificultando a organização sindical, os chamamentos à participação e a mais ampla regressão dos direitos sociais e trabalhistas anteriormente conquistados.

As feições assumidas pela *questão social* são indissociáveis das responsabilidades dos governos, nos campos monetário e financeiro, e da liberdade dada aos movimentos do capital concentrado para atuar sem regulamentação e controle, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizar na esfera financeira e especulativa. Reafirma-se a hipótese antes referida que o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz da questão social na era das finanças. Atesta o caráter radical da alienação que conduz à invisibilidade do trabalho — e dos sujeitos que o realizam — subordinando a sociabilidade humana às coisas: ao capital dinheiro e ao capital mercadoria, potenciando, simultaneamente, as contradições de toda ordem e as necessidades sociais radicais.

A sugestão é que a mundialização financeira unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que tendem a ser tratados pelos intelectuais de forma isolada e autônoma: a “reforma” do Estado, a reestruturação produtiva, a *questão social*, a ideologia neoliberal e as concepções pós-modernas.

O texto trata as particularidades da formação histórica brasileira que se refratam na *questão social* na atualidade, pois, se a lei geral da acumulação opera independentemente das fronteiras nacionais, traz a marca da história que as concretiza, como já sugeria Netto (2001). Neste sentido, colocam-se em relevo as *desigualdades de temporalidades históricas* em que velho e novo se articulam, imprimindo um ritmo particular ao processo de mudanças no País. Desenvolvimento desigual apreendido em sua acepção clássica como desigualdade entre desenvolvimento econômico e social e entre tempos desiguais nas mudanças materiais e culturais, entre o ser e o parecer. Acentua como um dos pilares das desigualdades a feição antidemocrática da revolução burguesa no Brasil (Fernandes, 1975), que se expressa como *contra-revolução burguesa permanente* nos termos de Ianni (1984a) ou como *revolução passiva* (Coutinho, 1989): os grupos dominantes reagem às efetivas pressões transformadoras que vêm de baixo e incorporam demandas populares, alimentando uma “democracia restrita”: da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital. As particularidades históricas do liberalismo no Brasil fazem com que as idéias de universalismo, de liberdade do trabalho, de igualdade perante a lei coexistam historicamente com a escravatura, o arbítrio e o favor. O interesse privado torna-se medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social, terreno favorável ao neoliberalismo, como acentua Chauí (1995a).

No Brasil contemporâneo, a *questão social* que assume proporções de um *desastre social* (Soares, 2003), ilustrada com dados referentes aos Governos Cardoso e Lula da Silva, que referendam as hipóteses supracitadas.

No que concerne às relações entre *questão social e Serviço Social*, faz-se uma leitura crítica dos expoentes da “escola francesa” (Castel; Rosanvallon e Fitoussi; Paugan) dada às amplas repercussões desse debate no universo dos assistentes sociais e na gestão das políticas públicas. O texto recorre ainda a um resgate do debate sobre o tema na literatura profissional recente (Netto, Yazbek, Pereira, Costa, Serra e Faleiros), situando as polêmicas aí presentes no lastro das diretrizes curriculares definidas pela, hoje, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Finalizando essas reflexões, são abordadas as respostas político-institucionais à *questão social* que trazem as marcas de projetos para a sociedade, aí situando a inserção dos assistentes sociais e as respostas profissionais.

O terceiro capítulo, *A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social* propõe-se a uma interlocução crítica com parcela representativa da literatura brasileira das três últimas décadas, sob inspiração da tradição marxista e de entonação hegeliana, voltada às particularidades do Serviço Social na divisão do trabalho e suas refrações no exercício profissional. Procura-se atribuir visibilidade às posições defendidas pelos autores quanto à natureza da profissão e ao significado do trabalho do assistente social: teses defendidas, fontes teóricas e resultados das elaborações. Nesse processo, é estabelecido um diálogo fraterno com interlocutores situados no interior do mesmo campo político profissional, cujas produções são orientadas por diversas angulações teóricas, no âmbito da teoria social crítica e áreas fronteiriças (Hegel, Marx, Gramsci, Lukács). Como a ótica de análise, que informa a revisão dessa literatura, é a perspectiva que situa o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais (Iamamoto, 1982a), também foi incluído um balanço dessa elaboração.

A hipótese que orienta a revisão crítica é que as obras analisadas centraram sua análise no Serviço Social, enquanto *trabalho concreto, útil*, de qualidade determinada, abordado sob focos distintos: a tese do *sincretismo da prática indiferenciada* (Netto, 1991a, 1992, 1996); a tese da *identidade alienada* (Martinelli, 1989); a tese da *correlação de forças* (Faleiros, 1980a; 1981, 1987b; 1999a; 1999b); a tese da *assistência social* (Santos, 1982; Yazbek, 1993; 1999a); a tese da *proteção social* (Costa, 1995a; 1995b) e a tese da *função pedagógica do assistente social* (Abreu, 2002). Esses diferentes recortes temáticos na abordagem do Serviço Social e de seu exercício atestam uma riqueza da produção acadêmica dessa área, alertando para questões que ora se complementam, ora de distanciam na totalização da leitura das particularidades da profissão e de seus agentes, enquanto trabalho útil que responde às necessidades sociais historicamente circunscritas. Entretanto, *a análise do processamento do trabalho do assistente social nem sempre adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações*. Os restritos investimentos nas implicações da mercantilização dessa força de trabalho especializada, inscrita na organização coletiva do trabalho das organizações empregadoras, comprometem a elucidação do significado social desse trabalho — em suas dimensões de trabalho concreto e abstrato — no processo de reprodução das relações sociais na sociedade brasileira contemporânea. Assim, ao tempo em que acentua as diferenças desse trabalho perante outras especializa-

ções do trabalho social, não adquire igual visibilidade nessas análises sua unidade enquanto parte do trabalho social médio, na condição de trabalhador assalariado. O trânsito da análise da profissão ao seu efetivo exercício agrega um conjunto de determinações e mediações no trabalho profissional mediado pela compra e venda dessa força de trabalho especializada às instituições empregadoras de diferente natureza: estatais, empresariais, organizações privadas sem fins lucrativos e representações de trabalhadores. Essas relações estabelecidas com sujeitos sociais distintos condicionam o processamento do trabalho concreto cotidiano e significado social de seus resultados, ao mesmo tempo em que impregna essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado. Eles restringem, em graus variados, a autonomia profissional na direção social desse exercício, com incidências na sua configuração técnico-profissional.

A exposição coloca em relevo a conjugação entre trabalho assalariado e projetos profissionais em disputa na categoria profissional, indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores, nos marcos da renovação crítica do Serviço Social, brasileiro, quando a profissão se re-configura num forte embate com o tradicionalismo profissional. O projeto profissional norteado por princípios radicalmente humanistas na contracorrente do clima cultural prevalecente, e que adquiriu hegemonia no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, é matéria de análise. Consta ainda deste capítulo um breve balanço das conquistas e desafios do legado recente da produção sobre os fundamentos do Serviço Social tendo em vista a elucidação do trabalho do assistente social.

O quarto capítulo *O Serviço Social em tempo de capital fetiche*, objetiva, por um lado explicitar os fundamentos teóricos concernentes ao trabalho e sociabilidade que subsidiam a análise do exercício profissional como uma especialização do trabalho na sociedade contemporânea; e, por outro trazer uma abordagem mais diretamente vinculada às particularidades do trabalho do assistente social. Destaca-se a tensão entre uma atividade legalmente regulamentada como profissão liberal, dotada de relativa autonomia na sua condução e direcionamento social, historicamente determinada pela correlação de forças sociais e políticas; mas que se realiza pela mediação do trabalho assalariado, que atualiza no universo da profissão os determinantes da alienação do trabalho.

A tensão entre projeto profissional e condição assalariada condensa os clássicos dilemas entre teleologia e alienação, liberdade e necessidade, ação do sujeito e constrangimentos estruturais, dimensões indissolúveis do exercício profissional na sociedade capitalista, o que se radicaliza na era das finanças. Essa tensão se refrata nos diversos espaços ocupacionais e nas condições e relações em que se realiza esse trabalho; e na formação universitária de graduação, na pós-graduação e na pesquisa, cujo perfil atual é traçado em grandes linhas.

O eixo teórico central recai sobre o *trabalho em seu processo de realização* como atividade do sujeito vivo: condições, meios, formas materiais e sociais assumidas. Trabalho que, sendo o selo distintivo de humanidade dos indivíduos sociais na construção de respostas às necessidades humanas, é portador de projetos a realizar, transformando simultaneamente o sujeito e a realidade. Entretanto, nas condições em que se realiza na sociedade do capital — e, em particular, na cena contemporânea —, o trabalho é subvertido no seu significado mais fundamental. A auto-objetivação do sujeito metamorfoseia-se na sua própria negação, na perda do controle de sua atividade e de seu tempo de vida, subordinada a finalidades que lhe são estranhas. O reconhecimento das condições e relações sociais por meio de que esse trabalho é realizado, não é sinônimo exclusivo de submissão às orientações do mercado. Apenas como parte de um *trabalhador coletivo* que busca afirmar seus interesses e necessidades sociais, o assistente social pode avançar na construção de um projeto profissional socialmente referenciado em propostas abrangentes das classes sociais para a sociedade. Propostas que potenciem a relativa autonomia do profissional no contexto particular das relações de poder e de classe por meio das quais se realiza esse trabalho especializado. Este, em suas características particulares, encontra-se sujeito às mesmas determinações que afetam a coletividade dos trabalhadores na atualidade, nas específicas condições que constituem as classes trabalhadoras no País.

No tratamento do tema merece destaque a historicidade de uma forma de constituição da individualidade social — ou de produtividade humana — em que os nexos entre os produtores é reificado, soldado por meio da universalização da dependência em relação às coisas materiais. Dependência esta mediada pelo dinheiro como poder privado, que passa a repre-

sentar a comunidade universal, autonomizada dos indivíduos. A sociedade da mercantilização universal tende ao mais alto grau de expansão das forças produtivas humanas e ao desenvolvimento das disposições, capacidades, habilidades e atividades realizadas de forma limitada, porquanto alienadas. A elaboração plena do humano aparece como esvaziamento pleno do indivíduo, ainda que abra campo à emergência da livre individualidade, da universalidade efetiva de suas relações reais e ideais. Toda esta problemática requer desvendar os valores que presidem o ideário por meio do qual são elaboradas as relações entre os indivíduos no reino mercantil: liberdade, igualdade, reciprocidade e interesse privado.

Nesse contexto, teórico tem lugar a análise do processo capitalista de produção, enquanto produção de objetos úteis e de valor, com ênfase nos dilemas do trabalho. Enfatiza-se a tensão entre o trabalhador como objeto do capital e sujeito criativo vivo presidido pela articulação entre momentos de estrutura e de ação, dimensões inseparáveis do processo de constituição histórica dos indivíduos sociais. Esta mesma tensão se repõe na interpretação das classes e sua consciência, expressa em formas culturais tratadas em suas determinações econômicas e em suas dimensões ético-políticas no processo de transformação do subalterno em protagonista político. Tem especial destaque as contradições entre o ser e a consciência, entre o pensar e o agir enfeixado no debate sobre a ideologia e a cultura popular apoiada na tradição gramsciana, trazendo à luz as relações sobre classe e cultura, com ênfase na consciência das classes subalternas.

A construção dessa análise inicia-se no diálogo com a literatura recente sobre a sociologia do trabalho que reivindica a questão do sujeito, contestando a sua submersão no debate marxista contemporâneo. O percurso teórico é construído no embate com esta crítica, no intuito de atribuir visibilidade à presença do sujeito na construção marxiana. Este é o elo de reencontro com as preocupações presentes naquele debate, aqui partilhadas. Trata-se, pois, de uma abordagem construída no embate com o antimarxismo que viceja hoje na universidade, cultivado no renascimento do pensamento conservador travestido de atualidade sob o crivo da pós-modernidade. Mas também, informado pelo desconhecimento ou dificuldade de tratamento rigoroso da complexidade do legado teórico-metodológico de Marx.

Este primeiro nível de abordagem do tema trabalho e do indivíduo social, de caráter teórico-sistemático — e, portanto, de maior nível de generalidade e abstração —, é complementado com um percurso da análise, que inclui progressivamente determinações de maior concretude ao objeto de estudo.

O texto retoma chaves teóricas, apresentadas ao longo da exposição, para a análise do trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche: a tensa conjunção entre projeto profissional e trabalho assalariado, enquanto trabalho concreto e abstrato, inscrito na divisão do trabalho. Ela repõe, nas particulares condições de trabalho do assistente social, o clássico dilema entre causalidade e teleologia, momentos de estrutura e de ação do sujeito.

São feitas, ainda, incursões sobre o quadro atual do ensino universitário e da formação acadêmico-profissional no seu âmbito. E apresenta um perfil da pós-graduação no País e os rumos da pesquisa na área de Serviço Social em um contexto de extensiva privatização da política educacional, submetendo-a aos interesses empresariais. A expansão exponencial das instituições de ensino superior e do número de matrículas em cursos de Serviço Social, nos governos Cardoso e Lula, sob a liderança do empreendimento empresarial privado, é hoje adensado pela regulamentação do ensino à distância. Esse crescimento indica a duplicação, a curto prazo, do contingente profissional com repercussões no crescimento do desemprego, na precarização das condições de trabalho, no aumento da insegurança no trabalho e numa preocupante despolitização da categoria profissional, com inéditas conseqüências para o projeto norteador da profissão no País. Provavelmente, estamos diante da formação de um *exército assistencial de reserva*, possível recurso para qualificação do voluntariado, reforçando os chamamentos à solidariedade. Isso impõe o acompanhamento criterioso dessa expansão recente do ensino universitário na área.

Complementando esse perfil da formação universitária, é apresentado um breve quadro da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, com base em dados primários da CAPES/MEC, de 2004, o que permite visualizar o crescimento e consolidação acadêmica da área, além de identificar as tendências atuais da pesquisa. O acervo de investigações permitiu apreender avanços significativos na diversificada pauta da pesquisa, liderada pela análise das *políticas sociais* no feixe de relações entre o Estado e a sociedade

civil. Marcam também presença temas como relações e processos de trabalho; culturas e identidades: processo e práticas sociais; famílias, relações de gênero e de geração: sociabilidade violência e cidadania; e, com menor incidência, movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular. O tema referente à formação profissional em Serviço Social — fundamentos e exercícios da profissão — não alcança o merecido destaque — ainda que com uma instigante agenda —, indicando que avanços anteriormente detectados não foram integralmente totalizados na análise do exercício e da formação do assistente social. A riqueza das determinações abordadas pelo círculo de pesquisadores da área atesta uma amplitude de visão que rompe efetivamente com qualquer endogenia na leitura da profissão. Mas parece ser ainda necessária realizar a “viagem de volta” para a apreensão do exercício e da formação profissionais em suas múltiplas determinações e relações no cenário atual. E, assim, extrair da dinâmica societária suas incidências nos fundamentos e no processamento do trabalho profissional, retomando, assim, sob novas luzes, o Serviço Social, mergulhado na tessitura das relações e contradições sociais que movem a sociedade brasileira, como objeto de sua pesquisa.

As preocupações que movem este trabalho beneficiam-se da experiência acumulada pelas entidades nacionais da categoria: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) sem as quais as reflexões aqui apresentadas não seriam possíveis. Ao longo das últimas décadas, tive o privilégio de acompanhar sistematicamente o CFESS e a ABEPSS na condição de consultora. Se as indagações que norteiam o texto foram recolhidas do debate coletivo no decurso da construção de um projeto para o Serviço Social no País, o seu desenvolvimento analítico é de minha inteira responsabilidade.

A versão preliminar desta análise foi apresentada sob a forma de tese para concurso público para o cargo de Professor Titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à *banca examinadora*, composta pelos seguintes professores: Dra. Rose Serra (UERJ); Dr. José Paulo Netto (UFRJ); Dra. Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Dra. Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP) e Dra. Suely Gomes Costa (UFF). Agradeço a leitura atenta dos originais, as preciosas su-

gestões, o privilégio de um debate de alto nível acadêmico, o respeito intelectual e a delicadeza no trato das relações interpessoais no decurso dessa rica experiência.

Expresso minha gratidão aos colegas do *Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social*, da Faculdade de Serviço Social da UERJ, na pessoa da Prof. Dra. Elaine Marlowa Francisco, pela acolhida e zelo na organização do referido concurso; à *direção desta Faculdade*, na pessoa da prof. Dra. Elaine Rossetti Behring, pelo companheirismo; aos docentes e à *Coordenação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social*, na pessoa das professoras Dra. Ana Maria de Vasconcelos e Dra. Maria Inês Souza Bravo, pela estimulante experiência de trabalho coletivo; *aos meus alunos*, que instigam sempre novas descobertas, pelo prévio debate de muitos dos temas constantes neste trabalho.

Meu reconhecimento às *instituições e unidades de ensino que me acolheram ao longo do meu percurso profissional e acadêmico*; à *Leila Lima Santos*, ex-diretora do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS)*, que tornou possível a pioneira pesquisa sobre a história do Serviço Social no Brasil, a qual se encontra na gênese das elaborações aqui expressas; à *Elizabeth Borgianni*, responsável pela área de Serviço Social na Cortez Editora, pela aposta neste livro; à *Márcia Carnaval*, pela arte da capa; à *Regina C. Junqueira* pela revisão das originais da primeira versão deste texto; à *Ana Paula Procópio da Silva*, *Verônica Lopes Campos* e *Rossana Bossi* pela dedicação e apoio técnico à viabilização deste trabalho.

Ao longo da elaboração deste estudo, contei com o apoio de meus familiares, amigos e amigas, que estiveram comigo nesses caminhos sem fim. A eles minhas homenagens, nas palavras de Guimarães Rosa:

Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase: e todos os sacrifícios.

— à *Berenice Rojas Couto*, *Sara Granemann*, *Ana Maria de Vasconcelos* e *Elaine Rossetti Behring* pelas prosas e sugestões;

— ao *Carlos Nelson Coutinho*, *José Paulo Netto*, *Manuel Manrique Castro*, à *Maria Inês Souza Bravo*, *Maria Rosângela Batistoni*, *Mariléa Venâncio Porfírio*, *Maria Carmelita Yazbek*, *Mariangela Belfiore Wander-*

ley, Raquel Raichelis e Raul de Carvalho, que estiveram comigo em muitas outras aventuras acadêmicas;

— aos meus familiares: André e Karen, Yan e Clara, fontes de afeição e renovação de vida, por compreenderem as privações do convívio;

— aos meus irmãos Ronan e Dora, Paulo e Maria — e suas famílias — pelo carinho e incondicional apoio.

A todos vocês, meus agradecimentos.

Enseada de Botafogo, primavera de 2007.

Rio de Janeiro (RJ)